3) Fernando Eurico Barros de Oliveira da Fonseca e Costa, com residência na Rua de João H. Ulrich, 165, 4460-333 Senhora da Hora, número de identificação de pessoa colectiva 234838663, adiante designado por praticante desportivo ou terceiro outorgante:

O contrato-programa de desenvolvimento desportivo que se rege pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objecto do contrato

Constitui objecto do presente contrato o apoio financeiro a ser prestado pelo IDP à Federação para que esta possa assegurar ao terceiro outorgante, Fernando Eurico Barros de Oliveira da Fonseca e Costa, a frequência do curso de Nutrição no estabelecimento de ensino superior Indian River Community College, na Florida, e simultaneamente garantir a prossecução do plano de treino que desenvolve no domínio de alta competição, visando a obtenção de resultados de excelência no quadro competitivo internacional da modalidade.

Cláusula 2.ª

Período de execução do programa

O prazo de execução do programa objecto de comparticipação financeira ao abrigo do presente contrato-programa termina em 31 de Julho de 2006.

Cláusula 3.ª

Comparticipação financeira

A comparticipação financeira a prestar pelo IDP à Federação, para apoio exclusivo à execução do programa referido na cláusula 1.ª, é do montante de € 5073.

Cláusula 4.ª

Disponibilização da comparticipação financeira

A comparticipação referida na cláusula 3.ª será disponibilizada mensalmente, com o valor de € 1693 no mês de Maio e o de € 1690 nos meses de Junho e Julho.

Cláusula 5.ª

Cessação do apoio financeiro

O apoio financeiro a prestar pelo IDP à Federação, nos termos e para os efeitos previstos na cláusula 1.ª, cessa de imediato, para além de outras situações estabelecidas na lei ou neste contrato, caso se verifique que o terceiro outorgante não cumpre com regularidade os deveres decorrentes do programa escolar a que está sujeito, bem como o regime de preparação desportiva que lhe foi estabelecido, ou, ainda, que infringe gravemente as normas de conduta cívica que tem o dever de observar.

Cláusula 6.ª

Obrigações do Instituto do Desporto de Portugal

É obrigação do IDP verificar o exacto desenvolvimento do programa de desenvolvimento desportivo que justificou a celebração do presente contrato, procedendo ao acompanhamento e controlo da sua execução, com a observância do disposto no artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 432/91, de 6 de Novembro.

Cláusula 7.ª

Obrigações da Federação Portuguesa de Natação

São obrigações da Federação:

a) Entregar ao terceiro outorgante o valor da bolsa a que se reporta este contrato, devendo a mesma ser disponibilizada de acordo com a cláusula 4.ª;

b) Acompanhar a actividade escolar e desportiva do terceiro outorgante, através do responsável técnico pela preparação do praticante, informando de imediato o IDP de qualquer ocorrência que constitua da parte daquele incumprimento dos seus deveres escolares e ou desportivos;

c) Apresentar ao IDP até 30 de Setembro de 2006 o relatório sobre a actividade escolar e desportiva do terceiro outorgante, relativo ao ano lectivo 2005-2006, com indicação do aproveitamento escolar por disciplina, dos resultados desportivos, bem como os respectivos títulos de quitação dos montantes entregues;

d) Fornecer ao IDP todos os esclarecimentos e informações relacionadas com o apoio financeiro decorrente neste contrato;

e) Manter informado o clube que enquadra o praticante sobre a evolução e execução do presente contrato-programa.

Cláusula 8.ª

Obrigações do terceiro outorgante

No âmbito do presente contrato, constituem obrigações do terceiro outorgante:

a) Cumprir com assiduidade e aplicação o plano de estudos proposto pelo estabelecimento de ensino superior Indian River Community College;

b) Observar com assiduidade e aplicação o regime de preparação desportiva que lhe foi estabelecido pelo respectivo departamento do Indian River Community College e pela Federação;

c) Representar Portugal nas provas para as quais for designado pela Federação;

d) Manter informada a Federação sobre o aproveitamento escolar e resultados decorrentes do regime de preparação desportiva que tiver sido estabelecido, prestando todas as informações e os esclarecimentos que, pela Federação, lhe forem solicitados;

e) Informar imediatamente a Federação no caso de cessar ou interromper os seus estudos e ou a sua preparação desportiva;

f) Observar irrepreensível conduta cívica quer como estudante quer como praticante desportivo.

Cláusula 9.ª

Revisão do contrato

O presente contrato-programa pode ser modificado ou revisto por livre acordo das partes e em conformidade com o estabelecido no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 432/91, de 6 de Novembro.

Cláusula 10.ª

Vigência do contrato

O presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo entra em vigor na data da sua assinatura e termina em 31 de Dezembro de 2006.

Cláusula 11.ª

Disposições finais

1 — Nos termos do n.º 5 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 432/91, de 6 de Novembro, este contrato-programa será publicado no *Diário da República*, 2.ª série.

2 — Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa serão submetidos a arbitragem nos termos da Lei n.º 31/86, de 29 de Agosto.

3 — Da decisão arbitral cabe recurso, de facto e de direito, para o tribunal administrativo de círculo, nele podendo ser reproduzidos todos os meios de prova apresentados na arbitragem.

21 de Maio de 2006. — O Presidente da Direcção do Instituto do Desporto de Portugal, *Luís Bettencourt Sardinha*. — O Presidente da Federação Portuguesa de Natação, *Paulo Frischknecht*. — O Praticante Desportivo, *Fernando Eurico Fonseca e Costa*.

Homologo.

4 de Agosto de 2006. — O Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, *Laurentino José Monteiro Castro Dias*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Secretaria-Geral

Aviso n.º 10 790/2006

Concurso interno de acesso misto para a categoria de assistente administrativo especialista do quadro único do Ministério da Administração Interna, aprovado pela Portaria n.º 778/88, de 6 de Dezembro.

1 — Âmbito — nos termos do artigo 9.º e do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por despacho da secretária-geral do Ministério da Administração Interna

de 14 de Setembro de 2006, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis, a contar da data da publicação do presente aviso, concurso interno de acesso misto, nos termos da alínea c) do n.º 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, conjugada com a alínea a) do n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, para preenchimento de seis lugares de assistente administrativo especialista da carreira de assistente administrativo do quadro único do Ministério da Administração Interna, aprovado pela Portaria n.º 778/88, de 6 de Dezembro, sendo fixadas as seguintes quotas:

Quota interna — quatro lugares para funcionários pertencentes ao quadro único do Ministério da Administração Interna;

Quota externa — dois lugares para funcionários não pertencentes ao quadro único do Ministério da Administração Interna, um para a área de processamento de vencimentos e outro para a área de património e aprovisionamento.

2 — Menção a que se refere o despacho conjunto n.º 373/2000, de 1 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 31 de Março de 2000: «Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.»

3 — Validade do concurso — o presente concurso é válido para os lugares postos a concurso, caducando com o seu preenchimento.

4 — Conteúdo funcional — as funções correspondentes aos lugares a prover são as definidas no mapa n.º 1 anexo ao Decreto-Lei n.º 248/85, de 15 de Julho.

5 — Local de trabalho — o local de trabalho situa-se na Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, em Lisboa.

6 — Vencimento e regalias sociais — a remuneração é a correspondente ao escalão e índice aplicáveis à respectiva categoria, nos termos do sistema retributivo da função pública, de acordo com o Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, e demais legislação complementar, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da administração central.

7 — Requisitos de admissão — poderão candidatar-se os funcionários que, até ao termo do prazo fixado para a apresentação de candidaturas, reúnam cumulativamente os seguintes requisitos:

7.1 — Requisitos gerais — satisfaçam as condições do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;

7.2 — Requisitos especiais — os referidos na alínea a) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro. No caso da quota externa, para além do requisito acima referido, os funcionários devem ter experiência nas áreas de processamento de vencimentos ou património e aprovisionamento.

8 — Métodos de selecção — os métodos de selecção a utilizar serão os seguintes:

- a) Avaliação curricular com carácter eliminatório para os candidatos que obtenham nota inferior a 9,5 valores, numa escala de 0 a 20;
- b) Entrevista profissional de selecção, com carácter complementar.

8.1 — Na avaliação curricular serão considerados os seguintes factores:

- a) As habilitações académicas de base;
- b) A formação profissional, em que se ponderam as acções de formação e de aperfeiçoamento profissional, em especial as relacionadas com a área funcional dos lugares a prover;
- c) A experiência profissional, onde se ponderará o desempenho efectivo de funções na área para que é aberto o concurso, bem como outras capacidades adequadas, com avaliação da sua natureza e duração;
- d) A classificação de serviço, que será ponderada através da sua expressão quantitativa, referente aos anos relevantes.

8.2 — A entrevista profissional de selecção visará avaliar, numa relação interpessoal e de forma objectiva e sistemática, as aptidões profissionais e pessoais dos candidatos, de acordo com as exigências da função.

9 — Critérios de apreciação e ponderação — de acordo com a alínea g) do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, os critérios de apreciação e ponderação da avaliação curricular e da entrevista profissional de selecção, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam da acta da primeira reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

10 — Classificação final — a classificação final será expressa na escala de 0 a 20 valores em resultado da classificação obtida no método de selecção, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

11 — Formalização das candidaturas:

11.1 — As candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao secretário-geral do Ministério da Administração Interna, solicitando a admissão ao concurso e entregue directamente na Divisão de Informação e Relações Públicas, Praça do Comércio, 1123-802 Lisboa, ou remetido pelo correio, sob registo e com aviso de recepção, para o mesmo endereço, até ao último dia do prazo fixado no presente aviso, dele devendo constar os seguintes elementos:

- a) Identificação completa do requerente (nome, data de nascimento, filiação, nacionalidade, nacionalidade, número e data do bilhete de identidade e arquivo que o emitiu), residência, código postal e telefone, se o tiver;
- b) Identificação do concurso a que se candidata;
- c) Habilitação académica;
- d) Indicação da categoria actual, identificação do serviço a que o candidato pertence, natureza do vínculo e antiguidade na carreira, na categoria e na função pública;
- e) Classificação de serviço dos anos relevantes;
- f) Menção expressa dos documentos anexos ao requerimento;
- g) Quaisquer outros elementos que o candidato repute susceptíveis de influírem na apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal, os quais só serão tidos em conta pelo júri se devidamente comprovados.

11.2 — Requerimento — o requerimento de admissão ao concurso (cujo modelo se encontra à disposição dos candidatos na página da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna www.sg.mai.gov.pt ou no sector de atendimento da Divisão de Informação e Relações Públicas, no edifício sede do Ministério da Administração Interna, na Praça do Comércio, em Lisboa) deve ser acompanhado dos seguintes documentos, sob pena de exclusão, nos termos do n.º 7 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho:

- a) *Curriculum vitae* profissional detalhado, actualizado, devidamente datado e assinado;
- b) Fotocópia do certificado de habilitações literárias;
- c) Fotocópia dos certificados das acções de formação profissional e sua duração;
- d) Declaração actualizada, passada pelo serviço a que se encontra vinculado o candidato, comprovando a actual categoria e a respectiva antiguidade na categoria, na carreira e na função pública, bem como as classificações de serviço obtidas nos anos relevantes;
- e) Declaração do candidato, sob compromisso de honra, de que satisfaz os requisitos gerais constantes no artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
- f) Quaisquer outros elementos que o candidato entenda dever apresentar, por serem relevantes para apreciação do seu mérito, os quais só serão tidos em conta pelo júri se devidamente comprovados.

12 — Notificação — a relação de candidatos admitidos e a lista de classificação final do presente concurso serão afixadas nas instalações da Secretaria-Geral do Ministério da Administração Interna, na Praça do Comércio, em Lisboa.

13 — Aos candidatos pertencentes ao quadro único é dispensada a apresentação dos documentos comprovativos que constem dos respectivos processos individuais, bem como dos documentos comprovativos dos requisitos especiais de admissão.

14 — Constituição do júri:

Presidente — Licenciado Carlos Manuel Silvério da Palma, secretário-geral-adjunto.

Vogais efectivos:

Licenciada Maria de Aires N. Dionísio Pimenta Caetano, chefe de divisão, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos.
Maria de Lurdes Nunes da Conceição, chefe de secção.

Vogais suplentes:

Licenciado Aldo Ivo Alves Ferreira, técnico superior 2.ª classe.
Maria Elisabeth Ramos Leal Lopes, técnica superior principal.

14 de Setembro de 2006. — A Secretária-Geral, *Nelza Vargas Florêncio*.